

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020

(Do Sr. Helder Salomão)

Requer que sejam solicitadas informações ao Ministro da Educação acerca da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instituído pelo decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e do Programa de Bolsa Permanência, instituído pela Portaria Nº 389, de 9 de maio de 2013.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Educação acerca da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instituído pelo decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e da implementação do Programa de Bolsa Permanência, instituída pela Portaria Nº 389, de 9 de maio de 2013, nos termos que se seguem.

- 1) Entre os anos de 2010 a 2020, quais foram, ano a ano, os valores autorizados, empenhados e executados no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil -PNAES?
- 2) Entre os anos de 2013 a 2020, quais foram, ano a ano, os valores autorizados, empenhados e executados no âmbito do Programa de Bolsa Permanência?
- 3) O Ministério da Educação possui algum dado consolidado sobre a proporção de alunos ingressantes pelo sistema de cotas beneficiada pelas políticas do PNAES ou outras políticas de assistência? Caso negativo, há alguma ação em curso para melhorar o acompanhamento dos estudantes ingressantes pelo sistema de cotas?



- 4) O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira possui algum dado consolidado sobre a evasão e o abandono no ensino superior de graduação, de maneira geral, e nas Universidades Públicas, de maneira particular?
- 5) O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira possui algum dado consolidado sobre a evasão e o abandono no ensino superior de graduação entre os alunos ingressantes por meio de cotas ou outras ações afirmativas, como o Programa Universidade Para Todos?
- 6) Caso a resposta à pergunta anterior seja negativa, existe alguma ação em curso para aprimorar informações acerca de alunos ingressantes por meio de ações afirmativas, de modo a aperfeiçoar as políticas voltadas a estes estudantes?

JUSTIFICAÇÃO

A Revisão Periódica Universal (RPU) é o mecanismo que analisa a situação interna de direitos humanos nos Estados membros da ONU. Em 2017, o Brasil passou pelo terceiro ciclo de avaliação e recebeu 246 recomendações sobre direitos humanos, das quais aceitou voluntariamente 242. Dentre essas, cerca de quinze recomendações tratavam diretamente sobre os direitos da população negra, a exemplo da recomendação de número 48, proposta pela Grécia, que instava o Estado Brasileiro a “continuar a promover a igualdade étnico-racial com base em medidas políticas importantes já existentes”.

Dentre as políticas já existentes, a política de cotas nas Universidades Públicas destaca-se como uma política de Estado que logrou incluir milhares de jovens negros e de baixa renda das Universidades. Para que o monitoramento dessa política pela Câmara dos Deputados possa ser aprofundado e sua execução aprimorada, no entanto, são necessárias informações acerca da evolução orçamentária de políticas de assistência

estudantil, sua incidência sobre os alunos cotistas e a atual taxa de abandono e evasão nos cursos de graduação entre alunos cotistas e não cotistas.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado HELDER SALOMÃO

